

Foto: Antoninho Perri



O reitor Paulo Cesar Montagner, cujo mandato teve início em 28 de abril

Foto: Estúdio Foto Carlos/Funarte

# Montagner revela os três maiores desafios da gestão **2e3**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

# JORNAL DA UNICAMP

ED. 726

Campinas, de 2 a 15 de junho de 2025

[www.jornal.unicamp.br](http://www.jornal.unicamp.br)

## Nelson Rodrigues TRAGÉDIA À BRASILEIRA

**6e7**

O dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues em 1949: nas peças, leitura crítica sobre a formação da sociedade brasileira

Pesquisa revela percepção na Unicamp sobre o clima **5**

A proliferação de igrejas pentecostais autônomas **9**

Tese investiga o papel da rede de Farmácias Vivas **8**

Boemia, mercado e o ideal de autonomia entre artistas **12**

# Reitor aponta aumento de vaga saúde e reforma tributária como

Montagner afirma ser preciso projetar o futuro, defende o debate e espera unir a comunidade em torno da gestão

RACHEL BUENO  
rabueno@unicamp.br



Primeiro representante da Faculdade de Educação Física (FEF) a chegar ao posto mais alto na hierarquia da Unicamp, Paulo Cesar Montagner conhece bem o funcionamen-

to da Universidade. Para além dos demais cargos administrativos que ocupou no decorrer de 37 anos dentro da instituição, Montagner foi chefe de gabinete na gestão do reitor que o antecedeu, Antonio José de Almeida Meirelles (2021-2025), e também no segundo mandato de José Tadeu Jorge (2013-2017).

À frente da reitoria desde 28 de abril, o dirigente recebeu o Jornal da Unicamp exatamente uma semana depois da posse para falar sobre suas expectativas com relação à nova função. Na entrevista a seguir, Montagner detalha aqueles que considera os principais desafios para a Universidade no próximo quadriênio e enfatiza o desejo de unir a comunidade acadêmica em torno de sua gestão. “Esta será uma experiência ímpar”, destaca. “É preciso projetar o futuro, mas, ao mesmo tempo, viver um dia de cada vez.”

**Jornal da Unicamp – A experiência que o sr. acumulou em oito anos de atuação como chefe de gabinete facilitou, de alguma forma, a sua transição para o cargo de reitor? Quais as principais diferenças que o sr. notou em seus primeiros dias na nova função?**

**Paulo Cesar Montagner** – Costumo dizer que não posso alegar desconhecimento do ambiente da reitoria, mas, por outro lado, é a primeira vez que sou reitor. Do ponto de vista burocrático, nos primeiros dias é preciso alterar documentos, senhas administrativas, assinaturas em diferentes organismos públicos... É um horizonte invisível para a comunidade. Como chefe de gabinete ou diretor de unidade, também se assina muito, mas nada é comparável ao que se faz como reitor. Além disso, a responsabilidade aumenta consideravelmente, porque toda a estrutura piramidal da Universidade conflui para a sua figura maior, que é o reitor.

Formar a equipe é outra tarefa trabalhosa. Decidi não fazer absolutamente nada nesse sentido até que tivéssemos a chancela final do resultado da consulta à comunidade, ou seja, a publicação do decreto do governador.



O reitor Paulo Cesar Montagner: “O debate deve ser sempre o mais amplo possível, para que possamos dar passos à frente preservando as conquistas alcançadas”

Tomei essa decisão por respeitar todo o ritual – não apenas o processual, mas também o civil – que a assinatura do governador representa.

Há ainda o desafio da agenda, que é muito intensa. De certa forma, isso é bom. Em meus cargos anteriores, minhas relações se davam mais intramuros, dentro da Universidade. Agora, percebo de forma mais clara a necessidade de manter relações externas, pelo fato de o reitor ser o maior representante da Universidade.

Tenho muito respeito pela história, pela dedicação e pelo trabalho de todos os reitores que me antecederam. A Unicamp, com quase 59 anos de existência, é uma universidade muito robusta, que apresenta um crescimento permanente. Isso é fruto do trabalho não só dos reitores anteriores, mas de todas as equipes que com eles trabalharam e de todas as pessoas que foram, ao longo dos anos, construindo a Universidade.

**JU – O sr. venceu a consulta para a reitoria por uma pequena margem de votos, o que sinaliza a existência de uma divisão política na Universidade. Como o sr. avalia esse cenário e o que pretende fazer para reunir a comunidade em torno de sua gestão?**

**Paulo Cesar Montagner** – A história da Unicamp mostra que os processos de consulta para reitor têm sido muito disputados, e eu vejo isso com bons olhos. Nossa comunidade sempre respeitou as escolhas da maioria e trabalhou junto para que a Universidade crescesse. Nesta última consulta, a campanha começou mais cedo. Foram quase nove meses entre o primeiro movimento

oficial e o dia da nomeação pelo governador – um período muito longo, mas de grande aprendizado.

Caminhando pela Unicamp, ouvi as mais diferentes demandas. Agora, eu não sou mais o candidato de 50 e poucos por cento da comunidade. Sou o reitor de todas as pessoas. É um pouco do que dizia o lema da nossa campanha: a Unicamp de toda a gente. As pessoas que votaram nas outras chapas merecem a melhor das atenções na nossa gestão, porque, por certo, também existem boas contribuições vindas dos outros programas [de gestão].

Outra questão fundamental é que o debate interno não acaba depois da nomeação do reitor – ele continua nas unidades, que têm um modelo semelhante ao da reitoria, de renovação a cada quatro anos. Quando se renova a gestão, renovam-se também as ideias, o fôlego, as motivações, mas os princípios, que são os pilares estruturais da Unicamp, têm sido preservados.

Durante o processo da consulta, tratamos de temas muito difíceis, como o ponto eletrônico e o pagamento de bônus para os servidores. Neste último caso, sempre insisti que a proposta da gestão anterior foi a de ampliar os benefícios, preservando os recursos da Universidade e, ao mesmo tempo, dotando nossos servidores de melhores condições. Os resultados desse processo são mais perenes do que o simples pagamento do bônus. Houve a melhora do vale-alimentação, a implantação do vale-refeição e a conquista do auxílio-saúde, que era muito esperada.

Não podemos fugir de nenhum outro grande tema que eventualmente surja no interior da Universidade. O



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**Reitor** Paulo Cesar Montagner **Coordenador Geral da Universidade** Fernando Antonio Santos Coelho **Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário** Fernando Sarti **Pró-Reitora de Pesquisa** Ana Maria Frattini Fileti **Pró-Reitora de Graduação** Mônica Alonso Cotta **Pró-Reitora de Extensão, Esporte e Cultura** Sylvania Helena Furegatti **Pró-Reitora de Pós-Graduação** Cláudia Vianna Maurer Morelli **Chefe de Gabinete** Osvaldir Pereira Taranto **Chefe de Gabinete Adjunto** Zigomar Menezes de Souza

**JORNAL DA UNICAMP** **Coordenador da Secretaria Executiva de Comunicação** Márcio Cataia **Editor-chefe** Álvaro Kassab **Editora**

Raquel do Carmo Santos **Chefia de reportagem** Rachel Bueno **Reportagem** Adriana Vilar de Menezes, Carmo Gallo Netto, Felipe Mateus, Hebe Rios, Helena Tallmann, Hélio Costa Júnior, Juliana Franco, Liana Coll, Mariana Garcia, Marina Gama, Paula Penedo Pontes, Silvano Anunciação, Tote Nunes **Fotos** Antoninho Perri, Antonio Scarpinetti, Lúcio Camargo **Projeto gráfico** Luis Paulo Silva **Editores de arte** Alex Calixto de Matos, Paulo Cavallheri **Atendimento à imprensa** Ronei Thezolin **Revisão** Júlia Mota Silva Costa, Rodrigo Campos Castro **Coordenadora do núcleo audiovisual** Patrícia Lauretti **Supervisora de TI** Laura de Carvalho Freitas Rodrigues **Acervo** Maria Cristina Ferraz de Toledo, Sergio de Souza Silva **Tratamento de imagens** Renan Garcia **Redes sociais** Bruna Mozer, Octávio Augusto Bueno Fonseca da Silva **Serviços técnicos** Alex Matos, Claudia Marques Rodrigues, Elisete Oliveira Silva, Guilherme Pansani, Mateus Fioresi, Selvino Frigo **Impressão** Gráfica Mundo **Correspondência** Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. O **Jornal da Unicamp** é elaborado pela Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da Unicamp. **Periodicidade** quinzenal

# s, financiamento da os maiores desafios

Fotos: Antoninho Perri



debate deve ser sempre o mais amplo possível, para que possamos dar passos à frente preservando as conquistas alcançadas. Precisamos dar atenção à gestão de pessoas, manter as nossas áreas já consagradas e fortalecer aquelas que serão o futuro da Unicamp.

**JU – O futuro da Unicamp ficou bastante associado, na gestão anterior, à consolidação do projeto do Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (Hids). Como o sr. avalia essa iniciativa?**

**Paulo Cesar Montagner** – A questão da sustentabilidade é um dos maiores desafios da atualidade. O Hids é uma iniciativa realmente inovadora, que envolve diferentes atores e atrai grande atenção da comunidade.

Poucas pessoas sabem que fui um dos responsáveis por reabrir a negociação para a compra da Fazenda Argentina [a área do Hids Unicamp, ou seja, a parte do hub que pertence à Universidade] no final de 2013, quando o professor Tadeu era o reitor. Fizemos a aquisição em sigilo absoluto, e aquilo foi uma grande conquista para a Universidade. Naquele momento, eu me lembro que dizíamos: “Bom, compramos. E agora, o que fazer?”.

O primeiro plano diretor para a área da fazenda foi feito ainda na gestão 2013-2017. Depois, na gestão do professor Marcelo [Knobel], surgiu uma nova concepção para o local, o que também foi muito significativo. Com o professor Tom Zé [Meirelles], houve o fortalecimento do projeto.

Fizemos um movimento muito importante de articulação com organismos da cidade de Campinas, sobretudo com a Sanasa [Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A] e a CPFL [Companhia Paulista de Força e Luz], que nos ajudaram a construir a infraestrutura do Hids Unicamp. Tivemos a coragem – e também, eu diria, a vontade política – de transferir para lá, com a chancela da Finep [Financiadora de Estudos e Projetos], o projeto da vila de startups que ficaria originalmente localizada no campus atual da Universidade.

Hoje, o Hids Unicamp está pronto para começar a se transformar em uma realidade material. Espero que alguns dos projetos previstos para o local materializem-se ainda nesta gestão. Imagino que a iniciativa será uma referência importante não apenas para a Unicamp, mas tam-

bém para as demais universidades latino-americanas – e, quem sabe, do mundo todo –, dessa nova forma de enxergar a convivência entre as pessoas, o ensino e a produção científica dentro de um ecossistema de sustentabilidade.

**JU – Para além da consolidação do Hids, que desafios o sr. considera devam ser enfrentados com mais urgência neste início de gestão?**

**Paulo Cesar Montagner** – Considero que temos três grandes desafios. O primeiro deles é aumentar o número de vagas na graduação. Existe uma pressão para isso, e nós já tomamos a decisão, no Conselho Universitário [em reunião realizada em 8 de abril deste ano], de abrir quatro novos cursos: direito diurno e noturno, com cem vagas; fisioterapia, na FCM [Faculdade de Ciências Médicas], com 40; licenciatura em inglês, no IEL [Instituto de Estudos da Linguagem], com 30; e licenciatura em história, no IFCH [Instituto de Filosofia e Ciências Humanas], com 52, no período noturno. Além disso, algumas unidades vão oferecer vagas adicionais em outros cursos, e sabemos que há mais escolas que também querem crescer. Está em pauta, por exemplo, a criação de um curso de medicina em Piracicaba, assunto sobre o qual já se falou na televisão e que deputados da região sempre comentam.

A expansão da graduação é um desafio porque precisamos crescer com responsabilidade, mantendo as condições adequadas de ensino, pesquisa e extensão. A última vez que criamos um grande número de vagas foi em 2009, com a abertura da FCA [Faculdade de Ciências Aplicadas]. Hoje vemos a importância daquela decisão não só para a Unicamp, como universidade pública, mas sobretudo para a região de Limeira, para o crescimento da cidade.

O segundo grande desafio é o financiamento da nossa área da saúde. Somos a única universidade pública [vinculada ao governo do Estado de São Paulo] que ainda mantém em seu orçamento uma área da saúde robusta – muito valiosa e necessária para toda a macrorregião de Campinas, tanto em termos acadêmicos como assistenciais, mas que consome uma parcela significativa do orçamento da Universidade. É fundamental que tenhamos condições de abrir discussões com o governo do Estado – e também com o governo federal – em busca de mais recursos para podermos seguir com a nossa vocação e oferecer serviços cada vez melhores.

A terceira questão, que ficará mais latente neste primeiro ano, é a da reforma tributária. Esse será possivelmente o grande desafio para os próximos três ciclos de reitoria. O Cruesp [Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas], como entidade, já firmou a sua posição. Gostaríamos de ter duas garantias: a de que as universidades receberão um percentual da receita tributária líquida do Estado equivalente aos atuais 9,57% do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] e a de que esse repasse seja constitucionalizado, porque ainda dependemos da publicação de um decreto do governador ano a ano.

A Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] publicou um estudo em 2019 sobre a importância da autonomia de gestão financeira, conquistada em 1989, para o crescimento das universidades estaduais paulistas. Os dados são espantosos. Em 30 anos, tivemos uma melhora significativa em todos os indicadores – número de alunos matriculados, de mestres e doutores formados, de cursos de graduação e programas de pós-graduação – sem aumentar muito o nosso contingente profissional.

É fundamental que fiquemos atentos à preservação da autonomia. Isso consta em nosso programa de gestão como uma das grandes preocupações para o curto, o médio e o longo prazo. Tenho absoluta certeza de que vou transmiti-la para o próximo reitor, porque é só a partir de 2029 que as coisas ficarão mais operacionais no âmbito da reforma tributária.

**JU – As universidades voltaram a ser alvo de ataques da extrema direita no Brasil e nos Estados Unidos. O sr. acredita que esse contexto pode desfavorecer as estaduais paulistas no que se refere às discussões relativas à reforma tributária?**

**Paulo Cesar Montagner** – Costumo dizer que não é preciso publicar nenhum decreto para acabar com a autonomia das universidades – basta cortar o seu financiamento. O que está acontecendo nos Estados Unidos é exatamente isso. Temos a impressão de que as universidades norte-americanas dependem exclusivamente da captação de recursos privados, mas, em momentos como este, vemos a importância do sistema público para a sobrevivência dessas instituições. Harvard, cuja realidade é um pouco diferente, foi a única a ter coragem de não atender às exigências do governo [do presidente Donald] Trump, mas vem sofrendo muito em razão dessa atitude institucional.

Aqui no Brasil, já sentimos como a diminuição de recursos para a pesquisa afeta diretamente as universidades. O próprio *Jornal da Unicamp* divulgou um trabalho da professora Rachel Meneguello que mostrava as dificuldades na pós-graduação decorrentes do corte de bolsas.

Um segundo ponto importante é que precisamos ter a capacidade de nos comunicarmos melhor com o público. Vejo com maus olhos o tipo de divulgação que atores externos têm tentado fazer da Universidade. Recentemente tivemos o caso de um vereador que veio à Unicamp e divulgou um vídeo com a visão dele, totalmente distorcida, de que aquelas imagens correspondiam à Universidade inteira. Isso não é verdade. Aqui é um lugar onde se trabalha muito, onde se discutem e se descobrem coisas importantes e que forma muita gente. As grandes lideranças do país nascem nas grandes universidades. Isso precisa ser dito todos os dias, por todos nós, para que a gente construa uma visão que corresponda à realidade.

Para além do número de pessoas que atendemos diariamente na nossa área da saúde, costumo citar como exemplo os projetos de esporte paralímpico no Brasil. A minha escola – a Faculdade de Educação Física – criou uma área de estudos sobre esse tema em 1989, quando ninguém tinha interesse pelo assunto. Vi muita gente vindo estudar aqui, e o mesmo aconteceu em outras faculdades do país. O resultado desse processo foi fantástico. Em vez de ficarem trancadas em casa, as crianças com deficiência hoje fazem esporte, renovam as suas vidas e vão ao mundo.

Não sei como as coisas caminharão nos Estados Unidos, mas, aqui, espero que os governos tenham sensibilidade para entender a importância do que fazemos.

**JU – Voltando ao aumento do número de vagas na graduação. Esse é um desafio que vem acompanhado de outro: a ampliação das políticas de permanência. Quais são os seus planos para equacionar essa questão?**

**Paulo Cesar Montagner** – A inclusão é um tema que veio para ficar. Temos nos mobilizado, lenta e gradualmente, para proporcionar melhores condições para os nossos estudantes. A gestão do professor Tom Zé foi muito profícua nesse sentido. Nós dobramos os recursos para a permanência estudantil, algo que nos dá muito orgulho.

Nossa primeira preocupação deve ser a de garantir recursos para a permanência ano a ano no orçamento. Um segundo ponto importante é concluir a aquisição do terreno contíguo à Moradia Estudantil. A Unicamp foi pioneira na construção da moradia, no início dos anos 1990, mas, de lá para cá, o número de vagas disponíveis ali não cresceu na mesma proporção que o número de alunos da Universidade.

Ainda na gestão passada, passamos a abrir o restaurante universitário aos sábados e domingos. Essa é uma iniciativa que gostaríamos de fortalecer. Também transformamos o antigo SAE [Serviço de Apoio ao Estudante] em diretoria executiva a fim de termos um olhar mais cuidadoso para as diferentes questões relativas à permanência. Temos o desafio do Vestibular Indígena e, agora, o desafio das cotas para pessoas trans. Sei que esse é um assunto polêmico, mas foram meses de trabalho e estudos científicos até que a proposta das cotas fosse analisada pelo Conselho Universitário. É fundamental que a Universidade cuide da população trans, que sofre muito e que é vítima de índices alarmantes de violência.

Também precisamos fazer investimentos significativos em mecanismos de avaliação, para termos métricas e resultados que nos permitam demonstrar que vale a pena dar oportunidades para pessoas que não chegariam à Universidade sem a ajuda de políticas de inclusão e permanência. O mesmo tem de ser feito com relação ao acompanhamento dos nossos ex-alunos.

Como se vê, nossos desafios não são pequenos. Conto com a comunidade da Unicamp para fazer uma gestão para todos, ouvindo as pessoas, entendendo as críticas e potencializando as grandes ideias.

# Coprodução de conhecimento sobre o clima gera ganhos para o setor elétrico

Projeto envolvendo a Unicamp e a Unifesp explora o potencial da transdisciplinaridade

FELIPE MATEUS  
felipeom@unicamp.br

Todos os anos, o período de seca acende o alerta no setor elétrico brasileiro. O país tem a seu favor uma matriz elétrica composta por 85% de energia elétrica vinda de fontes renováveis, montante do qual 52% é gerado por hidrelétricas, segundo dados de abril de 2025 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Porém a força que vem dos rios depende do regime de chuvas. Caso os níveis dos reservatórios fiquem abaixo do ideal para a geração de energia, usinas termelétricas entram em ação, encarecendo o processo. O consumidor sente no bolso esses efeitos. Em maio de 2025, por exemplo, a bandeira tarifária de energia ficou amarela. Isso significa que, a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos, as distribuidoras cobraram um valor adicional de R\$ 1,885. Adotado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias informa o quanto a geração de energia elétrica encarece por conta da falta de chuvas.

O planejamento de todo o sistema de geração e transmissão de energia, por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN), fica a cargo do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que precisa levar em conta as informações climatológicas e as previsões meteorológicas. Isso demanda uma troca de informações e experiências com especialistas e órgãos de pesquisa dessa área. Quanto maior a colaboração e a produção conjunta de conhecimento e ferramentas, mais eficiente o trabalho do órgão e mais proveitosos os resultados e as aplicações práticas das pesquisas.

Essas foram as lições aprendidas a partir do projeto Climate Services Through Knowledge Co-Production (Climax) – serviços climáticos por meio da coprodução de conhecimento –, uma iniciativa apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e que reúne instituições de pesquisa europeias e sul-americanas para desenvolver a coprodução de dados científicos e ferramentas climáticas, fortalecendo setores como a agricultura na Argentina e o sistema elétrico no Brasil ao torná-los mais resilientes a eventos e contextos climáticos adversos.

Por meio de encontros, *workshops* e grupos de discussão, os pesquisadores conseguiram avaliar os ganhos e os obstáculos no esforço para promover a transdisciplinaridade entre os setores – no caso brasileiro, entre o ONS e o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os resultados do estudo, conduzido ao longo de cinco anos por

Jean Carlos Hochsprung Miguel – professor do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp – e por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do Inpe, saíram publicados na revista *Climate Services*.

## Encontro de culturas

O envolvimento de Miguel com o projeto Climax iniciou-se por meio de sua atuação como cientista da área da sociologia da ciência e da tecnologia. O plano foi criar canais capazes de facilitar o processo por meio do qual a ciência fornece bases para a tomada de decisões na elaboração de políticas públicas e para a apropriação das tecnologias por instituições. “É importante sabermos que a ciência e a sociedade não estão em uma relação linear, em que o conhecimento científico é produzido e tem resultados e benefícios sociais na ponta, de forma imediata”, disse. No caso da execução do projeto no Brasil, Miguel argumenta que a coprodução de conhecimento implicou estabelecer uma cooperação entre o ONS e o CPTEC para, a partir do entendimento sobre como as informações climáticas são utilizadas, a produção científica do setor poder ocorrer de forma mais assertiva. “O Climax foi um projeto inovador no país porque partiu do princípio de que precisamos entender o contexto de uso das informações científicas para desenvolver os projetos de pesquisa.”

As etapas do projeto compreenderam a construção de uma agenda comum de pesquisa entre os participantes, a integração de conhecimentos e *expertises*, o realinhamento de metas e expectativas e a avaliação dos resultados. Isso envolveu os profissionais e especialistas do ONS e do CPTEC, bem como os estudiosos da área das ciências sociais responsáveis por avaliar como a troca de conhecimentos ocorria e pensar nas melhores estratégias para promover essa integração. “Trata-se do desafio de estar entre culturas profissionais e epistêmicas distintas”, resumiu Miguel, recordando vários episódios que explicitaram a falta de comunicação entre o desenvolvimento de uma pesquisa e os potenciais usuários do conhecimento e das tecnologias produzidos. “Coisas surpreendentes surgiram durante o projeto. O que se pensava ser produzido com uma utilidade apresentava vieses para um uso completamente diferente.”

Na avaliação dos pesquisadores, os maiores avanços conquistados por meio do projeto consistiram na ampliação do conhecimento dos participantes, na compre-

ensão sobre como a ciência climatológica é produzida e utilizada e na interação entre áreas diversas por meio de um vocabulário de pesquisa comum. Entretanto os cientistas identificaram a existência de barreiras institucionais e organizacionais para a coprodução, já que isso implicaria mudanças nas culturas acadêmica e profissional. Segundo o professor, não resultou da coprodução uma ferramenta tecnológica passível de ser usada pelo ONS. “Mas elevamos o padrão de interpretação e de conhecimento climatológico sobre as ferramentas usadas. Isso já é um ganho real.”

Para além de ampliar a resiliência do setor energético no Brasil, o fomento de projetos calcados na coprodução desempenha o papel importante de chamar atenção para os ganhos e as limitações envolvidos no fazer uma ciência verdadeiramente transdisciplinar. De acordo com Miguel, isso passa também pela forma como grandes projetos científicos são elaborados e por seus modelos de financiamento e gestão, que demandam iniciativas de longo prazo e novas formas de mensuração dos resultados. “É preciso levar a transdisciplinaridade a sério, de ponta a ponta”, defende o pesquisador.



O professor Jean Carlos Hochsprung Miguel: agenda comum de pesquisa e maior entendimento sobre informações climáticas

# Pesquisa revela como a comunidade da Unicamp vê as mudanças climáticas

Questionário foi respondido por 1.258 pessoas, entre docentes, alunos, pesquisadores e servidores técnico-administrativos

MARIANA GARCIA  
mariagrss@unicamp.br

Uma pesquisa feita junto à comunidade da Unicamp registrou a percepção dessas pessoas sobre as mudanças climáticas, além de investigar o papel atribuído à Universidade no enfrentamento da crise. Entre docentes, alunos de graduação e pós-graduação, pesquisadores, funcionários técnico-administrativos e professores colaboradores, 1.258 indivíduos responderam ao questionário, entre outubro e dezembro de 2024. Segundo os resultados obtidos, 95,8% dos participantes preveem o agravamento do cenário nos próximos anos, 76,3% afirmam ser possível combatê-lo e 72,4% têm interesse em participar da empreitada. O levantamento investigou, ainda, o efeito da emergência climática sobre a saúde mental, mostrando que a maioria das pessoas (51,8%) associa essa crise a episódios de sofrimento psíquico.

Intitulada “A Percepção da Comunidade da Unicamp sobre as Mudanças Climáticas e o Papel da Universidade”, a pesquisa resulta de uma iniciativa de três professores – Gabriela Celani, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (Fecfau), Neri de Barros Almeida, do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), e Sandro Tonso, da Faculdade de Tecnologia (FT). Membros da Comissão Assessora de Mudança Ecológica e Justiça Ambiental (Cameja) – uma instância associada à Diretoria Executiva de Direitos Humanos (DEDH) da Universidade –, os três convidaram a professora Milena Serafim, especialista em política científica e tecnológica e atual diretora da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), para participar do projeto. Ao grupo se juntou ainda Denis Alves, aluno de pós-graduação do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências (IG).

A principal finalidade da iniciativa é servir de apoio aos gestores da Unicamp tanto na condução de questões relativas à emergência climática quanto na abordagem de assuntos que tangenciem essa crise. Os dados reunidos e as análises realizadas podem agora ser usados em diferentes tarefas, como o direcionamento dos recursos institucionais e a criação de políticas voltadas para o ensino, a pesquisa, a extensão universitária e a gestão da Universidade. “A partir da mensuração da percepção da comunidade, buscamos identificar como esses fenômenos e seus impactos são notados para determinar em que áreas a Universidade deve concentrar mais esforços”, disse Serafim.

O questionário, elaborado a partir de modelos desenvolvidos pela Universidade de Brasília (UnB) e pelas instituições norte-americanas Universidade de Princeton e Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), contou,

ainda, com contribuições dos pesquisadores Luiz Marques, professor colaborador do Departamento de História do IFCH e autor do livro *Capitalismo e Colapso Ambiental*, e Tania Maron, coordenadora da área de promoção à saúde mental da Diretoria Executiva de Apoio e Permanência Estudantil (Deape) da Unicamp.

A partir da análise dos dados, os pesquisadores traçaram três perfis de respondentes, cada um com percepções distintas sobre a situação, explicou Alves. No mais numeroso, denominado moderado, encontram-se aqueles que acreditam na superação da crise, mas entendem que há barreiras no caminho. “O segundo perfil, chamado institucionalista, reúne quem de fato acredita que os governos, as empresas e outras instituições têm poder para solucionar a questão, além de tempo para concluir o desafio. Já os que estão no perfil dos céticos pensam não haver mais chances de agir – na Universidade, são minoria”, contou o doutorando.

O próximo passo, elaborar um relatório para a Reitoria da Unicamp, implicará apresentar recomendações relativas ao monitoramento da comunidade universitária. O grupo espera transformar a pesquisa em um processo sistematizado para que haja um acompanhamento contínuo sobre como as pessoas encaram os temas investigados. “O ideal seria que todas as universidades públicas realizassem esse monitoramento e dispusessem de um ambiente para o tratamento dos dados em rede. Essas instituições serão cada vez mais impactadas pelas mudanças climáticas tanto porque a ciência será cada vez mais exigida por essa crise quanto porque uma visão aprofundada da questão será mais demandada a seus egressos, como profissionais e cidadãos”, observou Almeida.

## Repensar o ensino

A adesão à pesquisa variou de maneira significativa entre os diferentes extratos da comunidade universitária. O engajamento de professores e funcionários técnico-administrativos superou a expectativa dos realizadores, chegando a 13% e 9% respectivamente. Por outro lado, a participação revelou-se consideravelmente baixa entre os estudantes de graduação (0,5%) e pós-graduação (1,2%). “Isso contrasta fortemente com outras pesquisas segundo as quais a faixa etária mais preocupada com as mudanças climáticas é justamente essa na qual estão os



Quarto de casa na cidade gaúcha de Cruzeiro do Sul, um dos municípios mais atingidos pela enchente registrada em abril do ano passado no Rio Grande do Sul, na maior tragédia climática da história do país

## NÚMEROS DA PESQUISA

### Participação

**1.258** pessoas que compõem a comunidade da Unicamp

**13%** dos docentes

**9%** dos funcionários técnico-administrativos

**1,2%** dos alunos de pós-graduação

**0,5%** dos alunos de graduação

### Principais resultados

**97,9%** disseram que o planeta já está vivenciando mudanças climáticas

**95,8%** acham que vai piorar nos próximos 20 anos

**84,2%** atribuem muita responsabilidade às universidades no combate à emergência climática

**72,4%** responderam que gostariam de atuar no enfrentamento da crise

**66,2%** disseram que não buscaram informações sobre o tema na Unicamp

**51,8%** apresentaram algum nível de sofrimento psicológico associado ao problema

### Perfis dos respondentes

#### 70,9% de moderados

Pensam que a população pode agir, embora haja muitos desafios e barreiras

#### 23,7% de céticos

Acreditam já ser tarde demais para qualquer ação eficaz

#### 5,4% de institucionalistas

Creem que governos, instituições e empresas concentram o poder para fazer algo e ainda têm tempo para agir

nossos alunos, principalmente os de graduação”, afirmou Celani. Para Almeida, o desinteresse dos alunos preocupa. “Os dados mostram que a Universidade precisa motivar mais seus membros a compreender o problema e suas soluções.”

Embora o panorama decorrente da pesquisa revele uma comunidade com compreensão ampla sobre os desafios climáticos e ciente da responsabilidade da Unicamp nessa questão, menos de 33% dos respondentes recorrem à Universidade para buscar formação na área e informação sobre o assunto. A constatação, segundo Tonso, serve de alerta para a necessidade de a instituição repensar o enfoque dado à crise climática em todas as suas esferas, sobretudo no ensino. “Essa pesquisa aponta a nossa responsabilidade. Já é tempo de todos os cursos da Unicamp, principalmente os de graduação, incluírem a questão climática

em seus programas. Na licenciatura isso é particularmente urgente”, disse.

A abordagem interdisciplinar e transversal sobre as mudanças climáticas é um consenso entre os professores, que defendem sua adoção nas quatro dimensões da instituição – ensino, pesquisa, extensão universitária e gestão. “É papel da Universidade promover processos de ensino e aprendizagem – formal e informal – que tenham a transversalidade como base”, ressaltou Serafim. “Não é possível produzir a visão necessária para enfrentar a crise socioambiental e climática sem uma política sistemática. Se não misturarmos o engenheiro com o sociólogo, o artista com o médico, não daremos condições adequadas para esse pessoal enfrentar um desafio que não só é da ordem do mundo físico, mas também é um problema de ordem política, econômica, social e cultural”, concluiu o arquiteto.



Na sequência, Gabriela Celani, Neri de Barros Almeida, Sandro Tonso, Milena Serafim e Denis Alves: apoio aos gestores

Fotos: Antoninho Perri

# Nelson Rodrigues e o Brasil como ele é

Tese aponta como dramaturgo criou uma linguagem que reflete os paradoxos e as contradições da formação nacional

FELIPE MATEUS  
marinagc@unicamp.br



A tensão tomava conta do Teatro Municipal do Rio de Janeiro naquela noite de 28 de dezembro de 1943. O público, que havia meses lia nos jornais críticas entusiasmadas antecipando o

novo espetáculo, não sabia o que esperar daquela estreia. Por trás das cortinas, um elenco igualmente ansioso se concentrava para dar vida à montagem do diretor polonês Zbigniew Ziembinski. A tarefa não seria das mais convencionais. Os exaustivos ensaios se estenderam por meses e a concepção da peça exigiu todo um trabalho inovador de cenografia e iluminação. O esforço fez-se necessário porque estariam juntas em cena a realidade, a alucinação e a memória de Alaíde – protagonista da peça “Vestido de noiva” –, em um recurso estético inédito até aquele momento.

Três atos se sucederam e, ao final do espetáculo, o teatro veio abaixo em aplausos e êxtase. A plateia não sabia, mas estava celebrando o nascimento de um novo paradigma das artes dramáticas brasileiras. Nas sombras de um dos camarotes, o idealizador dessa dramaturgia combinava o êxtase do sucesso com a frustração de não estar sob os holofotes naquele momento. Segundo a biografia escrita pelo jornalista Ruy Castro, ninguém do elenco, da equipe técnica ou da direção da peça pensou em chamar atenção para a presença, no teatro, de Nelson Rodrigues. Conforme relatos do próprio dramaturgo, ele se sentiu “um marginal na própria glória”.



Foto: Antonio Scarpinetti

Mariana Toledo Borges, autora da tese defendida no IEL: personagens de Nelson habitam a periferia do capitalismo

Esse paradoxo, o de “ser um marginal na própria glória”, tornou-se uma marca de toda a obra do dramaturgo. Dono de um olhar mordaz acerca da sociedade brasileira, Nelson fez de pessoas comuns seus heróis, do subúrbio carioca e da intimidade dos lares, o seu palco e da tensão entre as amarras e convenções morais e os mais sórdidos desejos reprimidos, a matéria para a construção de suas “tragédias à brasileira”, conceito formulado por Mariana Toledo Borges, agora doutora em teoria e história literária pela Unicamp, para interpretar o conjunto da obra teatral do autor. Uma obra surgida no momento em que dramaturgos modernos europeus, como o dinamarquês Henrik Ibsen e o alemão Bertold Brecht, operavam uma desconstrução do gênero.

As características do teatro de Nelson Rodrigues mostraram-se inovadoras não apenas da perspectiva das artes dramáticas. Suas obras oferecem uma leitura crítica sobre a formação da sociedade e, embora marcadas pelo conservadorismo, tiram os espectadores do conforto da poltrona, fazendo-os pensar sobre o quanto o arcabouço moral da família tradicional brasileira, que não se sustenta a portas fechadas, revela a respeito de um país



Nelson Rodrigues contracenava com Léa Aguiar em “Perdoa-me por me traíres”, em montagem

onde persiste um tipo de provincianismo conservador. Essa é a interpretação de Borges, que, em sua pesquisa de doutorado, analisa de forma minuciosa a obra teatral de Nelson Rodrigues, buscando compreender os traços da sociedade e da cultura brasileira sedimentados no gênero trágico. A pesquisa contou com a orientação do professor Fabio Akcelrud Durão.

## Todo brasileiro será castigado

O universo rodriguiano nu e cru inspira-se na realidade experimentada pelo próprio dramaturgo. Nascido em 1912 no Recife (PE), Nelson Rodrigues foi o quinto dos 14 filhos do casal Mario Rodrigues e Maria Esther. Em 1916, a família transferiu-se para a Zona Norte do Rio de Janeiro. No subúrbio carioca, Nelsinho cresceu em meio à pobreza, à proximidade dos vizinhos que ora se ajudavam, ora invadiam a privacidade alheia, e à morte, desde a de filhos de vizinhos que não resistiam aos primeiros dias de vida até a das milhares de vítimas da gripe espanhola, em 1918. Pelo olhar de criança, desde cedo, percebeu que a vida do brasileiro médio, suburbano, discrepava do sonho prometido pela modernidade.

Ao longo dos anos, Mario Rodrigues conseguiu se estabelecer na imprensa carioca, primeiro como jornalista no *Correio da Manhã* e, depois, como dono dos diários *A Manhã* e *Crítica*. Além de darem estabilidade à família, os empreendimentos levaram os filhos ao jornalismo, como ocorreu com o futuro dramaturgo e com seu irmão Mario Filho, que modernizou a imprensa esportiva do país e virou o nome oficial do Estádio do Maracanã. Porém, até os anos 1930, Nelson e a família sofreriam uma série de reveses, entre os quais o assassinato do irmão Roberto, a morte do pai e o fechamento da *Crítica* pelo regime do presidente Getúlio Vargas – sem falar das várias vezes em que o então jovem precisou de atenção médica devido a uma tuberculose recorrente.



Foto: Estúdio Foto Carlos/Funarte

Cena de “Otto Lara Resende ou Bonitinha, mas ordinária”, em montagem de 1962: casamento como trampolim para ascensão social

Foto: Estúdio Foto Carlos/Funarte



agem de 1957: registro raro

Foto: Antonio Scarpinetti



O professor Fabio Akcelrud Durão, orientador da pesquisa: ressaltando a atualidade do dramaturgo pernambucano

Buscando um meio para conseguir pagar as contas e aproveitando o repertório acumulado nos anos de jornalismo, Nelson se aventurou no universo do teatro, até então dominado pelas comédias leves de influência francesa e pelo teatro de revista. Antes do sucesso de “Vestido de noiva” (1943), escreveu “A mulher sem pecado” (1941), que teve uma recepção morna por conta da montagem feita na época. Seu esforço por sustentar-se apareceria muitas vezes refletido no enredo de vários de seus personagens. Dentro dessa jornada, estariam presentes arquétipos brasileiros que carregam em si dualidades, como o “canalha brocha”, as “tias solteironas re-

calçadas”, a “grã-fina de passeata”, a “adúltera honesta” e a “prostituta virtuosa” – explicitando paradoxos. “Percebi que há uma ideia de Brasil submersa nesses diálogos [das obras], que basicamente se resume no atrito violento de opostos que não se conciliam, levando à catástrofe trágica”, comenta Borges.

Nelson Rodrigues escreveu suas peças em um tempo de intensa produção intelectual voltada a compreender o país, sua formação e sua identidade, algo latente na intelectualidade brasileira desde a Semana de Arte Moderna de 1922. Nesse contexto surgiram obras como o *Manifesto Antropófago* (1928), de Oswald de Andrade, *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, que embasaram nossa formação sócio-histórica e estética e a formação de críticos como Antonio Candido e Roberto Schwarz.

O autor de “Vestido de noiva”, entretanto, diverge de seus contemporâneos ao encarar a modernidade com profundo pessimismo. “Nelson está em desacordo com o pensamento modernista da época, que se entusiasmava com a ideia de ‘país do futuro’ e com uma suposta ruptura em relação à paternidade europeia rumo a um suposto progresso”, detalha a pesquisadora. Pelo contrário, seu universo deixa-se dominar por tipos que revelam a tortuosa formação da sociedade brasileira, marcada pelo provincianismo e pela convivência ilógica de antagonismos, levando o escritor a criar uma forma trágica ímpar. Ainda que conservador em seu pessimismo diante da modernidade, Nelson não deposita esperança na tradição, nem na tradição moral, nem na estética. Para o dramaturgo, surgimos de forma torta e estamos fadados à derrocada. “Trata-se de uma postura única, muito singular. Não é nem mesmo possível dizer que Nelson faz uma crítica enfática contra tudo isso.”

### Tragédia de família

Dois temas atravessam constantemente a obra de Nelson Rodrigues: o sexo, operado como um tipo de metáfora para os impulsos humanos reprimidos pelas convenções morais, e a obsessão pela morte, selando o destino trágico de seus personagens. Assim, o dramaturgo aborda relações incestuosas, como em “Álbum de família” (1946), as diversas facetas de um bicheiro influente em “Boca de Ouro” (1959) ou ainda o desejo de subir na vida por meio do casamento em “Otto Lara Resende ou Bonitinha, mas ordinária” (1962).

Apesar de tratar de personagens marginais, as peças rodriguianas convergem para a tragédia, gênero consagrado desde o teatro grego e no qual há a presença de temas ao mesmo tempo locais e universais e heróis com falhas de caráter responsáveis por levá-los à derrocada. Porém a tragédia do autor brasileiro adiciona uma camada de sentido ao gênero tradicional quando cria a mitologia do brasileiro suburbano. “Nelson constrói personagens que agem heroicamente, mas que habitam a periferia do capitalismo. Que são moralistas, mas também assassinos”, explica a pesquisadora.

Borges defende que Nelson Rodrigues monta uma “tragédia à brasileira”, inserindo em seus enredos e personagens traços típicos de nossa sociedade. “Independentemente da montagem feita ou do universalismo de temas, há uma dinâmica de brasilidade que permanece.” Além das contradições internas dos personagens, o autor trabalha com os contrastes sociais do Rio de Janeiro da época, que perduram até hoje. Os tipos provincianos e moralistas do Méier e da Tijuca se contrapõem a figuras de elite da Zona Sul, supostamente cosmopolita e liberal.

Ainda que lançando um olhar acurado para as contradições sociais e morais do país, Nelson, segundo deixa claro a pesquisa de Borges, não pretende construir um cenário realista. Os temas de suas peças explicitam tudo o que a moral burguesa deseja esconder, a ponto de ser possível estabelecer paralelos entre as cenas rodriguianas e aquelas que serviriam de casos de estudo para a psicanálise. “Seus personagens se debatem entre o pudor absoluto e a selvageria absoluta. São tipos de conflitos que, depois, seriam objeto da psicanálise”, explica a autora da tese.

O estudo sobre as tragédias de Nelson Rodrigues mostra que, olhando para o interior do ambiente familiar, o dramaturgo critica a formação da intimidade burguesa brasileira, baseada em uma herança aristocrática e patriarcal. Na periferia do capitalismo, trata-se do retrato de um país que se modernizou a reboque das referências europeias, fazendo nascer uma sociedade de protagonismos erráticos. “São personagens burgueses agindo de forma heroica em suas vidas desimportantes”, sintetiza a pesquisadora.

Foto: Estúdio Foto Carlos/Funarte



Nelson Rodrigues em 1956: tipos suburbanos como heróis

## POLÊMICO, PORÉM HONESTO

A atualidade e a popularidade representam também grandes qualidades da obra de Nelson Rodrigues. Além do teatro o autor manteve uma expressiva produção nos meios impressos, abrangendo desde os folhetins – escritos sob o pseudônimo de Suzana Flag – até as crônicas e os contos da série “A vida como ela é...”, que depois ganhou uma adaptação para a TV nos anos 1990 com esquetes exibidas no programa Fantástico, da Rede Globo. “Nelson é um autor incontornável no teatro, mas pouco se falou da particularidade de sua poesia dramática, recheada de fórmulas paradoxais”, observa Borges, acrescentando que, em todos os formatos aos quais se dedicou, o autor manteve uma coerência absoluta na construção de personagens e suas ideias.

Inegável, também, é o caráter polêmico de sua obra, que sempre dividiu opiniões e acumulou episódios de censura. Abordagens tidas consensualmente como problemáticas, em especial quando à caracterização das mulheres e ao tratamento dado às questões raciais, poderiam fazer com que, hoje, o autor fosse facilmente “cancelado”. Para Borges, trata-se de uma leitura equivocada. “Falar que Nelson Rodrigues é politicamente incorreto é um anacronismo. Hoje levamos em conta debates que não estavam disponíveis naquela época.”

Para a pesquisadora, o incômodo que Nelson pode causar se explica pelo fato de seus personagens não conseguirem evoluir ou aprender. “O patriarca misógino expressa suas misoginias, a grã-fina fala coisas racistas, tudo sem pudor social algum. E não há punição para esses personagens. Os conflitos não se resolvem, assim como ocorre no mundo cotidiano”, defende. Além disso, deve-se destacar episódios em que Nelson atuou de forma vanguardista, como na concepção da peça *Anjo negro* (1947). Na ocasião, o papel central seria destinado ao ator Abdias do Nascimento, segundo o desejo do dramaturgo. No entanto, para seu desgosto, a única objeção da censura ao texto foi a presença de um ator negro no elenco. A liberação da peça dependeu da subida ao palco, como protagonista, de um ator branco maquiado – uma prática conhecida como *black face*.

Os pesquisadores também consideram que negar as contradições presentes na obra de Nelson e esperar que a ficção resolva problemas de ordem social é uma atitude moralista, semelhante à dos que defendem os valores tradicionais desconstruídos pelo dramaturgo. “A atualidade de Nelson Rodrigues se reflete na atualidade dessa reivindicação de pureza moral. Infelizmente, nos aproximamos disso hoje tanto por uma perspectiva alinhada à direita quanto também à esquerda”, reflete o orientador da pesquisa.



Dependências e fitoterápicos produzidos na Farmácia Viva da cidade de Jardimópolis, no interior de São Paulo: local conta com mudas, viveiros, laboratórios e até ambulatórios

Fotos: Nataly Cubides Zuñiga/Divulgação

# A cura que brota da terra

## Tese investiga o papel das farmácias públicas de manipulação inseridas no mercado de fitoterápicos

ADRIANA VILAR DE MENEZES  
adrivm@unicamp.br

O broncodilatador e expectorante *Mikania glomerata*, o famoso guaco, o calmante, analgésico e ansiolítico *Cymbopogon citratus*, conhecido como capim-santo, e o anti-inflamatório e antioxidante *Curcuma longa*, o popular açafrão-da-terra, oferecem exemplos de plantas medicinais facilmente encontradas nas feiras livres e nos mercados municipais de qualquer Estado brasileiro, nas formas *in natura*, a granel, em garrafadas ou como óleos essenciais. Essas plantas representam uma prova inequívoca da nossa biodiversidade vegetal – a maior do mundo – e do nosso conhecimento tradicional. Uma riqueza que, apesar de reconhecida, está longe de ter todo seu potencial explorado. Enquanto detém de 15% a 20% da biodiversidade vegetal do planeta, o país responde por ínfimos 0,1% do mercado global de fitoterápicos e ervas medicinais, que movimentou, em 2024, US\$ 230 bilhões (R\$ 1,3 trilhão).

Para entender as contradições e a complexidade da cadeia de fitoterápicos no Brasil, a engenheira agrícola colombiana Nataly Cubides Zuñiga pesquisou em sua tese de doutorado, dentro do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica (PPG-PCT) do Instituto de Geociências (IG), as Farmácias Vivas. Instituídas em 2010, esses estabelecimentos funcionam como farmácias de manipulação públicas, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), fornecendo gratuitamente plantas medicinais que cultivam e medicamentos que manipulam, além de prestarem assistência social farmacêutica. A atividade promove o encontro entre os conhecimentos tradicionais e científico. “Esse é um patrimônio natural que precisamos integrar. Temos tanto o conhecimento técnico-científico quanto o tradicional, mas eles estão dispersos”, defende a engenheira agrícola.

Ao se aprofundar nesse espaço de convergência, Cubides Zuñiga concluiu que as Farmácias Vivas têm o potencial de articular essa cadeia técnico-produtiva porque estão inseridas no SUS e porque são capazes de criar ecossistemas de conhecimento a partir de ações de conexão e cooperação envolvendo diferentes atores, como universidades, institutos de pesquisa, organizações não governamentais, cooperativas de agricultores e comunidades. A pesquisa identificou múltiplas razões para a baixa produção de medicamentos fitoterápicos no Brasil. Uma delas é a carência de descrição e registro das espécies medicinais nativas, algo obrigatório para a produção dos insumos farmacêuticos ativos vegetais (Ifavs), necessários à manipulação dos medicamentos.

A engenheira deu início aos estudos junto com a equipe do Projeto Prospecção e Priorização Técnico-Produtivas para a Integração da Cadeia de Fitoterápicos Amazônicos (Profitos Bioam), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), entre 2021 e 2024.



Foto: Antoninho Perri

A engenheira agrícola Nataly Cubides Zuñiga (à esq.), autora da pesquisa feita no IG, e a professora Maria Beatriz Machado Bonacelli, orientadora: biodiversidade, convergência de saberes e crescimento econômico

### Autonomia restrita

Ainda pouco conhecidas por parte da população e muitas vezes do próprio poder público – municipal, estadual e federal –, as atuais 226 Farmácias Vivas fazem parte da Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (PNPMF) do governo federal. “As Farmácias Vivas são um instrumento da política nacional, cuja diretriz é incentivar a produção e o uso de plantas medicinais e de fitoterápicos no SUS. Entretanto a incongruência das regulamentações e a falta de monografias, em muitos casos, restringem a autonomia das Farmácias Vivas para trabalhar com espécies locais”, disse Cubides Zuñiga.

### Os 12 fitoterápicos da Rename\*

Alcachofra	( <i>Cynara scolymus</i> )
Aroeira	( <i>Schinus terebinthifolia</i> )
Babosa	( <i>Aloe vera</i> )
Cáscara-sagrada	( <i>Rhamnus purshiana</i> )
Espinheira-santa	( <i>Maytenus ilicifolia</i> )
Garra-do-diabo	( <i>Harpagophytum procumbens</i> )
Guaco	( <i>Mikania glomerata</i> )
Hortelã	( <i>Mentha x piperita</i> )
Isoflavona-de-soja	( <i>Glycine max</i> )
Plantago	( <i>Plantago ovata</i> )
Salgueiro	( <i>Salix alba</i> )
Unha-de-gato	( <i>Uncaria tomentosa</i> )

\* Relação Nacional de Medicamentos Essenciais

De acordo com a orientadora da pesquisa, professora Maria Beatriz Machado Bonacelli, deter uma grande sociobiodiversidade – conceito que inclui as populações responsáveis pelo conhecimento tradicional – não basta para promover avanços. “O Brasil tem uma grande diversidade e todo mundo acha que isso já basta. Mas só o recurso não resolve, assim como só a biodiversidade também não, nem só a política ou a legislação. Não se pode usar o conhecimento tradicional sem saber a origem desse conhecimento ou do seu povo. O conhecimento tradicional é riquíssimo e deve se somar ao conhecimento e método científicos. É preciso promover esse encontro. O conhecimento tradicional vem da herança indígena, dos ribeirinhos, dos quilombolas e da agricultura familiar”, afirmou Bonacelli.

Segundo a professora, o Brasil conta com cerca de 340 fitoterápicos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), enquanto a Grã-Bretanha está na casa dos 3 mil, a Alemanha, dos 10 mil e a China, dos 70 mil. O país, portanto, tem potencial para explorar sua sociobiodiversidade, promovendo o crescimento econômico, aponta a pesquisa. Os medicamentos fitoterápicos hoje não chegam a 2% do mercado farmacêutico brasileiro, enquanto na Alemanha esse percentual gira em torno de 20%.

### Rigor da lei

A legislação sobre os fitoterápicos no Brasil, que começou a ser implementada nos anos 1980, ganhou um novo quadro regulatório em 2014. Segundo a pesquisa, com uma legislação nacional mais completa e mais próxima das normas internacionais, muitas empresas que antes exploravam as plantas medicinais, por não se enquadrarem nas novas diretrizes, deixaram de existir ou se concentraram na produção de fitocosméticos, suplementos e óleos essenciais. Hoje, no país, há cerca de 68 empresas de fitoterápicos, concentradas na Região Sudeste.

No caso específico das Farmácias Vivas, a legislação, criada a partir de 2010, dispõe sobre as etapas da cadeia produtiva, abrangendo das matérias-primas (plantas *in natura* e derivados vegetais) até os medicamentos fitoterápicos. Os Ifavs ou matérias-primas devem ser produzidos nas próprias Farmácias Vivas ou devem vir de produtores certificados, tudo isso sob o controle da Anvisa.

A gestão das farmácias é municipal ou estadual, a cargo das secretarias de saúde. Os funcionários desses estabelecimentos integram o SUS e instituições parceiras, além de haver alguns voluntários. Cada localidade desenvolve seu próprio modelo conforme suas especificidades, capacidades e necessidades. Muitas dessas farmácias se transformam em espaços comunitários de troca de conhecimentos, oferecendo ações de capacitação, seminários e rodas de conversa. Na avaliação da engenheira, a institucionalização das farmácias é um dos grandes desafios do programa no país.

A tese analisou unidades das Farmácias Vivas do Distrito Federal e de sete Estados, entre eles o Ceará, onde esses locais foram idealizados em 1983, por Francisco José de Abreu Matos, da Universidade Federal do Ceará (UFC). A Farmácia Viva da cidade de Jardimópolis (Farmácia da Natureza), em São Paulo, foi a mais completa que Cubides Zuñiga conheceu: possui viveiros, fornece mudas e tem laboratórios que produzem fitoterápicos em cápsulas, óleos, cremes, tinturas e xaropes. E conta ainda com um ambulatório para a realização de consultas à população. Nesse ambulatório trabalham médicos da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de São Paulo (USP), de Ribeirão Preto. A farmácia fornece quatro fitoterápicos ao SUS. Em Campinas, a pesquisadora conheceu quatro Farmácias Vivas, que abrigam canteiros ou hortos.

# Igrejas de garagem arrebanham milhões

Sociólogo vê templos autônomos pentecostais periféricos como fenômeno neoliberal

MARIANA GARCIA  
marigrss@unicamp.br

O número de brasileiros que se auto-declaram evangélicos, mas que afirmam não ter vínculos com igrejas conhecidas e consolidadas, disparou no Brasil nas últimas duas décadas – de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em apenas dez anos, a alta chegou a 466%. Nas periferias, essa explosão parece se relacionar com a proliferação de um tipo de igreja raro até a virada do século e que se distingue pela forma como surge: a partir de uma iniciativa individual, sem a participação de outras instituições religiosas.

Conhecida como igreja de garagem, quase sempre essa entidade nasce das mãos de um morador do bairro, que detém certa experiência na função pastoral e que, uma vez descontente com seu vínculo religioso-institucional, assume uma posição dissidente, criando sua própria igreja. Em uma pesquisa de mestrado realizada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o sociólogo Jefferson Arantes examinou essas igrejas de pequeno porte, que definiu como “igrejas autônomas de periferia”.

A notória presença desse perfil de igreja, sobretudo nas periferias urbanas, assim como a velocidade com que se expandiram – fenômeno que o sociólogo chamou de “pentecostalismo marginal autônomo” – atraíram a atenção do pesquisador, determinando a escolha de seu tema. Como recorte, Arantes elegeu para seu assunto principal os fundadores dessas instituições, quase sempre trabalhadores precarizados que, além de exercerem a função pastoral, veem na criação de uma igreja não apenas uma oportunidade de evangelização, mas também de reconhecimento social e de melhoria das próprias condições de vida.

Interessava ao pesquisador explorar as histórias dessas pessoas, seus anseios e experiências, além de investigar quais as motivações e as condições sociais presentes na decisão de criar uma igreja autônoma – em vez de abrir, por exemplo, uma vinculada a instituições conhecidas ou mesmo se filiar a uma igreja já existente. De outro lado, a formação dessas igrejas autônomas o levou a estudar, também, a possível influência do pensamento neoliberal e da cultura do empreendedorismo sobre os agentes religiosos.

Seu estudo coincidiu com o atual momento de efervescência religiosa no Brasil, marcado pelo surgimento de novas expressões no campo evangélico. Justamente por serem recentes, diz Arantes, frequentemente essas igrejas acabam identificadas como neopentecostais – uma definição acadêmica para as práticas religiosas que se orientam pela teologia da prosperidade. Se não se encaixam no perfil tradicional de uma igreja pentecostal – caracterizada por pregar uma relação direta com deus por meio do espírito santo –, essas igrejas são automaticamente tidas como neopentecostais. O que é um erro conceitual, afirma. “Talvez a pesquisa possa vir a ser, de certa forma, um convite para que se comece a olhar essas novas feições do crescimento evan-



Igreja pentecostal em bairro da periferia de Campinas: fundadores de templos são, invariavelmente, trabalhadores precarizados

gético fora desse enquadramento pentecostal clássico ou do que se entende, na literatura, por neopentecostal.”

Arantes realizou seu trabalho sob a orientação do sociólogo Sávio Cavalcante, professor do IFCH que se dedica à pesquisa sobre a sociologia do trabalho e a sociologia das desigualdades. O tema do mestrado, explica o docente, insere-se em uma linha de projetos que tratam da organização do conservadorismo neoliberal no Brasil, uma linha coordenada pelo orientador da dissertação. “A pergunta do Jefferson era: qual é o enraizamento social do neoliberalismo e quanto isso fomenta o lado empreendedor religioso nas periferias? Esse é um tema com uma literatura grande, nos estudos da religião, mas que, muitas vezes, não se vale do acúmulo de conhecimento ocorrido em outras áreas, como a sociologia do trabalho”, disse o orientador.

Para explorar o fenômeno, o sociólogo percorreu cinco bairros periféricos de Campinas (SP): Parque Oziel, Monte Cristo, Gleba-B, Sítio Paraíso e Jardim do Lago II, catalogando 60 igrejas autô-

nomas. Além da forma peculiar como se originam, essas igrejas, notou Arantes, voltam-se para as pessoas que pertencem às camadas mais baixas da população. Esse segmento encontra-se, hoje, sob disputa. Apesar do atraso do censo, estima-se que, hoje, 30% dos evangélicos sejam indeterminados. De olho no seu crescimento, grandes igrejas têm realizado eventos para tentar amealhar as autônomas. Em Brasília, estuda-se a possibilidade de criar uma secretaria para dialogar com as pequenas igrejas e descobrir suas demandas locais.

Em sua etnografia, Arantes buscou explorar as histórias de vida, as experiências pessoais e as condições que permearam a decisão de fundar uma igreja. “Como estávamos tentando entender essas iniciativas autônomas, interessou-nos bastante investigar como o agente se motiva a montá-la”, explicou. “Essa foi uma decisão muito pertinente, de olhar para uma dimensão da vida que articula família, amizades, redes pessoais e religiosidade – e que está nos territórios das periferias”, disse Cavalcante.

Além de realizar entrevistas com dez agentes religiosos, o agora mestre em sociologia frequentou cultos, participou de festas das igrejas e acompanhou pastores em suas atividades. A maioria dos entrevistados, constatou o sociólogo, não cresceu em uma família evangélica: converteu-se em um determinado momento da vida. Em comum, todos relataram ter recebido um chamado de deus para não apenas servir como um fiel, mas para liderar e pastorear. Em suas antigas igrejas, embora fossem dotados de saberes religiosos que os permitiriam, por exemplo, conduzir um culto, não eram reconhecidos como pastores e ocupavam cargos menores.

A dissertação não apenas identificou a presença significativa do imaginário neoliberal entre os agentes religiosos, mas mostrou trajetórias profissionais bastante irregulares, caracterizadas predominantemente pelo desempenho de atividades manuais de baixa remuneração. Dado o forte impacto do neoliberalismo e do processo de precarização entre os anos 1990 e 2000, muitas dessas pessoas, munidas dos saberes religiosos, decidiram fundar suas próprias igrejas. “Todos alimentam uma expectativa de, talvez, conseguir sobreviver exclusivamente do trabalho religioso, no futuro. Uma coisa difícil: dentre todos, apenas dois conseguiram alcançar esse objetivo. Todos os outros estavam em um processo de tentativa de transição.”

Além de aspectos religiosos como vocação e missão, o sociólogo identificou a intenção de melhorar de vida e a busca por reconhecimento social como traços comuns a essas pessoas. “Nessas periferias, a figura do pastor é bastante respeitada até por quem não é evangélico. E isso não é de hoje. Então, trata-se realmente de um empreendimento que visa a uma nova vida.” Nas igrejas fundadas por pastoras, Arantes conta ter identificado uma rede de mulheres que funciona tanto para o cuidado mútuo com os filhos como para a troca de alimentos e de outros recursos materiais.



O sociólogo Jefferson Arantes, autor da pesquisa: novas abordagens sobre o crescimento evangélico



O professor Sávio Cavalcante, orientador da tese: Investigando o enraizamento social do neoliberalismo

Fotos: Antonio Scarpinetti

Foto: Divulgação

# Marinhagem manauara é tema de livro

ANA ALICE KOHLER  
Especial para o *Jornal da Unicamp*

O livro *Os Lugares da Marinhagem: Racialização e associativismo em Manaus, 1853-1919*, de Caio Giuliano Paião, resultou de uma extensa pesquisa historiográfica acerca das estruturas de poder que ditavam as relações de trabalho da categoria marítima no período. A obra, dividida em três partes, narra a busca dessa classe por melhores condições de trabalho valendo-se do associativismo e do reconhecimento como o proletariado das águas. Além disso, o autor explora as relações raciais estabelecidas nesse contexto de coletivo heterogêneo, em que as posições hierárquicas eram influenciadas pela raça.

Graduado em história pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e doutor em história social pela Unicamp, Paião desenvolve atualmente um pós-doutorado na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), atua como professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Ufam e integra o Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (Labuhta), também da Ufam. Na entrevista a seguir, o pesquisador detalha o processo de escrita da obra e as suas contribuições para a historiografia brasileira.

**Jornal da Unicamp – Qual a motivação para a pesquisa que resultou nesse livro e quais as dificuldades enfrentadas durante a sua realização?**

**Caio Giuliano Paião** – Essa obra é um desdobramento de uma pesquisa anterior sobre a navegação a vapor na Província do Amazonas, tema de meu outro livro [*Para além das chaminés*, Editora Valer, 2024]. Depois de estudar a recepção e o imaginário em torno dessa navegação, procurei entender o mundo do trabalho dos seus tripulantes. Primeiro, deparei-me com uma lacuna na historiografia, em função da própria dinâmica do ofício: tratava-se de personagens que viviam em movimento, por isso, personagens de difícil apreensão. Depois descobri que o acervo histórico da Capitania do Porto do Amazonas havia sido incinerado. Precisei então percorrer uma série de diferentes documentos, de variados tipos e procedências. Nesse sentido, acredito que o maior desafio da pesquisa deu-se ao acompanhar os movimentos desses sujeitos, que sabiam utilizar a mobilidade a seu favor.

**JU – Quais contribuições a obra traz aos estudos historiográficos no Brasil?**



Região central de Manaus em 1900, com a Ponte dos Remédios em primeiro plano

Obra explora as condições de trabalho na capital do Amazonas dos séculos XIX e XX

**Caio Giuliano Paião** – Ainda são poucos os estudos sobre a categoria marítima no Brasil, especialmente enquanto trabalhadores, no período e no recorte geográfico do livro. A Amazônia chegou a abrigar a maior parcela desse contingente, por isso suas lutas foram fundamentais para que toda a categoria ganhasse reconhecimento como parte da classe trabalhadora. Diferentes dos tripulantes das grandes navegações, já bem estudados, os desse livro buscam preservar sua liberdade de movimento enquanto enfrentam o Estado e os padrões no campo dos direitos. Lutam contra lugares racializados que os relegavam à reserva militar, portanto, excluindo-os da cidadania. Assim, a obra contribui para a historiografia social do trabalho, mostrando que, ao ocuparem lugares como o de “trabalhadores”, essas pessoas conseguiram obter reconhecimento profissional e acessar direitos.

**JU – Como o seu livro pode colaborar para o entendimento das relações de trabalho no mundo atual?**

**Caio Giuliano Paião** – Vivemos um período em que a condição de “trabalhador” é vista como algo pejorativo e de pouco valor, enquanto a ideologia do “empresário de si” é usada para enfraquecê-la como identidade coletiva, visando dificultar a organização de classe e a luta por direitos. Essa desorganização dá-se por meio de uma profunda individualização e por meio de um isolamento hoje reforçado pelas redes sociais. No livro, vemos como a individualização foi usada para brechar a organização dos marítimos como classe, algo agravado pela racialização, que negava aos trabalhadores negros e mestiços o direito de reivindicar sua identidade racial em termos políticos ou a chance de denunciar o racismo no ambiente de trabalho. Trata-se de questões que ainda estruturam as relações de trabalho no tempo presente.

**JU – Você vê alguma evolução na luta dos trabalhadores marítimos, especificamente nos dias de hoje?**

**Caio Giuliano Paião** – O livro encerra a análise em 1919, justamente em um momento crucial de discussão e aperfeiçoamento da legislação marítima em todo o mundo. Meu intuito foi demonstrar sob quais circunstâncias a categoria chegou a esse debate e qual o papel

dos amazônicos nisso. Sem dúvida, o repertório legislativo está muito mais sofisticado nos dias atuais, além de apresentar padrões internacionais de proteção a esses trabalhadores, uma pauta levantada a partir do fim da Primeira Guerra Mundial. Contudo destaco uma conquista histórica, que é o reconhecimento e a inserção cada vez maior das mulheres no mundo marítimo. Na Amazônia, já viajei em barcos com tripulação 100% feminina. Um marco importante que pode ser visto como um dos resultados da luta feminista contra a masculinidade hegemônica do sistema capitalista.

**JU – Em que o livro se diferencia de outros estudos do gênero e qual o público, para além dos estudantes e professores de história, que pode se interessar pela obra?**

**Caio Giuliano Paião** – Nossa historiografia conta com excelentes estudos sobre o mundo marítimo, com foco nos oceanos e nos séculos XVIII e XIX. Embora se ancore nessas pesquisas, meu enfoque difere ao priorizar os trabalhadores fluviais em um recorte que ultrapassa o século XIX, oferecendo uma perspectiva sobre a Amazônia para além da visão de “pulmão do mundo”, ao explorar suas dimensões humanas. Na crise climática atual, os(as) leitores(as), acadêmicos(as) ou não encontrarão uma Amazônia onde populações com demandas próprias lutam por inclusão social e política. O público em geral, preocupado com a progressiva perda de direitos trabalhistas e com o colapso ambiental, pode se inspirar nos lugares da marinhagem em prol de um mundo menos opressivo e mais humano.



**Título:** Os Lugares da Marinhagem  
**Autor:** Caio Giuliano Paião  
**Edição:** 1ª  
**Ano:** 2024  
**Páginas:** 440  
**Dimensões:** 16 cm x 23 cm

## LANÇAMENTOS



**A PRATELEIRA HIPOTÉTICA**  
**Jorge Vicente Valentim**  
Páginas: 560  
Dimensões: 16 x 23 cm



**AGENCIAMENTOS TERRORISTAS**  
**Jasbir K. Puar**  
Páginas: 488  
Dimensões: 16 x 23 cm



**ANTOLOGIA DO POEMA EM PROSA NO BRASIL**  
**Fernando Paixão**  
Páginas: 376  
Dimensões: 16 x 23 cm

# O direito a ter um nome para chamar de seu

Pesquisadora investiga e percorre caminhos feitos por pessoas trans e travestis nos processos de retificação

MARINA GAMA  
marinagc@unicamp.br

O nome nos apresenta ao mundo, mas pessoas trans e travestis ainda travam uma batalha constante para serem reconhecidas pelo nome que escolheram. A partir da experiência vivida na própria pele, a travesti Elis Rosa dos Santos Simão decidiu investigar, em sua dissertação, intitulada “Retificado seja o vosso nome: uma etnografia sobre processos de nomeação na vida de pessoas trans e travestis”, os caminhos burocráticos, políticos e subjetivos que envolvem o uso do nome social e a retificação de nome e gênero no registro civil.

Nome social é a designação pela qual pessoas trans, travestis e não binárias podem optar, em conformidade com sua identidade de gênero autopercebida, ainda que esse nome não conste oficialmente de seus documentos. Já a retificação de nome e gênero diz respeito ao processo legal de alteração do prenome e do marcador de gênero nos registros civis, um direito garantido desde 2018 no Brasil. “Esses são dois caminhos distintos, com impactos diferentes na vida das pessoas trans e travestis”, conta Elis Rosa.

Realizado em sua pós-graduação em antropologia social no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o estudo parte da trajetória da pesquisadora para compreender como o nome pode oferecer uma chave de acesso não só à cidadania, mas também a um campo de disputas. “Assim como minhas interlocutoras, eu também tive de passar por um processo de gestação de nome, pela utilização do nome social, depois pela retificação. Cada etapa tem seus desafios, suas conquistas e suas potências”, conta.

Isadora Lins França, docente do IFCH e orientadora do mestrado, explica que o relato da autora, ao integrar



A então presidente Dilma Rousseff assina decreto, em abril de 2016, que instituiu e reconheceu a identidade de gêneros de travestis e transexuais na administração pública direta e indireta: falta de um sistema integrado é um dos obstáculos

a pesquisa, possibilita uma reflexão crítica sobre os processos estudados: “Ela é pesquisadora e também sujeito da experiência. Isso vem da antropologia, mas também da teoria feminista e transfeminista, que considera o conhecimento que se produz como algo não separado totalmente da pessoa que produz o conhecimento”.

A dissertação dialoga com a trajetória de quatro ativistas trans e travestis: Neon Cunha, Carolina Iara, Erika Hilton e Pedro Ferreira. “Todos passaram pelo uso do nome social e pela retificação em algum momento. Isso é algo que nos atravessa, mas que não nos iguala. Cada pessoa parte de uma realidade – de raça, classe, religião, geração – para acessar esse direito”, disse Elis Rosa.

De acordo com o estudo, a retificação documental, mesmo após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2018 autorizando a mudança por autodeclaração nos cartórios, ainda enfrenta uma série de obstáculos. “É preciso ter uma noção de direito ou, caso encontre obstáculos nesse procedimento, a pessoa requerente precisa investir ainda mais dinheiro, contratando uma advogada. Dada essas complexidades, muitas dessas pessoas desistem, no meio do caminho, da busca por esse direito”, relata.

A dissertação também evidencia a transfobia institucional, como no caso de uma jovem travesti que Elis Rosa acompanhou e que, mesmo após iniciar o processo de retificação, foi tratada no masculino durante o atendimento em um cartório.

Outro ponto sensível abordado no mestrado é o que a pesquisadora chama de “lógica da suspeição”. “Mesmo sendo um direito garantido por autodeclaração, somos tratadas com desconfiança. É como se fôssemos menos idôneas, como se nossa identidade fosse uma farsa.” Segundo França, “essa é uma lógica que atravessa muitos processos administrativos do Estado, usada para filtrar direitos. Mas, quando recai sobre o sujeito e não apenas sobre os documentos, essa suspeição reforça a deslegitimação moral dessas pessoas. A pessoa trans, nesse contexto, é tratada como menos crível, menos humana”.

## Retificação ou morte

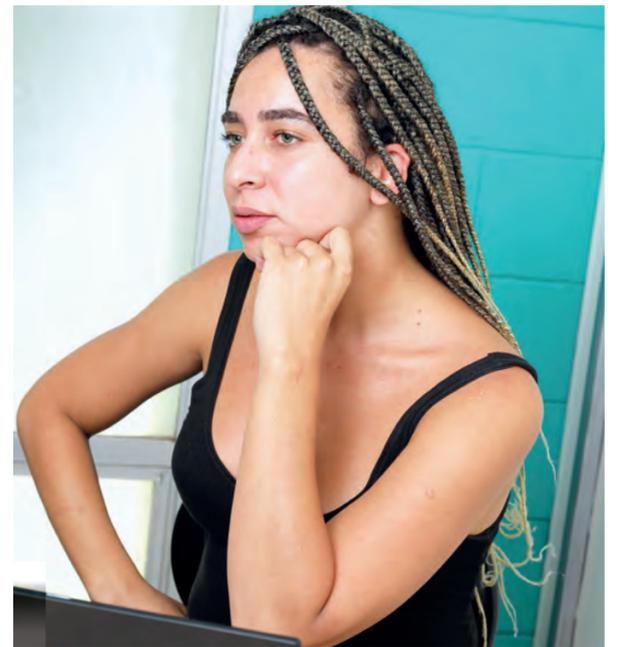
O caso de Neon Cunha, uma de suas interlocutoras da pesquisa, é representativo. Em 2016, Neon ingressou com uma ação judicial pedindo a retificação de nome e gênero sem apresentar laudos ou passar por cirurgias – exigências comuns à época. Como pedido subsidiário, solicitou o direito à morte assistida caso o Estado não reconhecesse seu nome e identidade.

“Ela tensionou os limites do direito. Preferia morrer a viver sem reconhecimento. Isso diz muito sobre o que está em jogo quando se nega a uma pessoa o direito de ser quem é”, analisa Elis Rosa. A estratégia política de Neon contribuiu para impulsionar o debate público que resultaria, dois anos depois, na decisão tomada pelo STF.

Apesar dos avanços, a autora considera a retificação apenas o começo e ressalta que os processos seguintes ainda precisam ser aprimorados. “Depois de pegar a nova certidão [de nascimento], é preciso correr atrás de mudar nome e gênero em cada instituição – banco, universidade, Receita Federal. Não há um sistema integrado. É um calvário.”

Elis Rosa compartilhou com a reportagem a dimensão espiritual e afetiva do processo envolvendo a escolha

Fotos: Antoninho Perri



Elis Rosa dos Santos Simão, autora da dissertação: abordando a “lógica da suspeição” e a transfobia institucional

de seu nome: “O meu primeiro nome, Elis, me escolhe. Já o meu segundo nome, Rosa, foi inspirado na e dedicado à minha bisavó, minha professora da graduação e minha entidade espiritual”.

## Interdisciplinaridade

A escolha da antropologia social como campo de investigação não se deu por acaso. Elis Rosa, apesar de graduada em direito, optou por mudar de área para tratar com mais liberdade das questões que envolvem gênero, subjetividade e experiência. “O direito é uma área ainda muito engessada. Por mais que existam juristas comprometidos com a pauta [das questões de gênero], há limites. Na antropologia, senti mais abertura para lidar com a complexidade dos meus temas de pesquisa”, afirma.

A dissertação de mestrado resulta de um diálogo interdisciplinar: “Eu não abandono o direito. Meu texto carrega uma precisão técnica que só consegui alcançar porque me graduei nessa área. Mas é na antropologia que pude trazer as experiências, as subjetividades, a corporalidade, o lúdico do que venho trabalhando”.

Elis Rosa tornou-se a primeira travesti negra a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp por meio da política de cotas para pessoas trans, fazendo de sua presença na Universidade um fato histórico. Esse fato, por outro lado, revela o abismo da exclusão. De acordo com França, “há 0,3% de pessoas trans nas universidades, segundo um estudo do Gemaa [Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa], da Uerj [Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Estamos falando de uma população cuja expectativa média de vida no Brasil é de 35 anos. As políticas de ação afirmativa na modalidade de cotas e as políticas de permanência na universidade para pessoas trans e travestis, uma vez garantido o ingresso, são centrais para que possamos reverter um pouco esse cenário de exclusão”.



Docente Isadora Lins França, que orientou a pesquisa: relato da autora abre frentes de reflexão crítica

# Ambivalências da vida boêmia

Pesquisa mostra dilema de artistas e literatos do século XIX em busca da autonomia da arte

LIANA COLL  
lianavnc@unicamp.br

O amor pela arte e a vida aventureira representam algumas das características mais conhecidas do estilo de vida boêmio, perdurando até os dias de hoje. Mas as representações da boemia nunca foram livres de tensão. No século XIX, artistas e escritores identificados como boêmios, ao mesmo tempo em que tentavam criar inovações fugindo dos ditames das instituições, chocavam-se com a necessidade de vender suas obras e de se inserir no mercado. Em uma tese defendida no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Thaís Soranzo analisa, nos contextos do Brasil, da França e da Inglaterra, como literatos e pintores tentavam obter uma autonomia da arte em meio aos debates em torno do naturalismo e do impressionismo e, simultaneamente, deparavam-se com problemas como a busca por prestígio social e dinheiro.

O impressionismo e o naturalismo, movimentos da metade do século XIX, nasceram na França. Os impressionistas buscavam abolir as convenções estéticas e romper com as normas da academia e com o realismo, que almejava retratar a realidade com exatidão. Os expoentes desse movimento incluem Claude Monet, Edgar Degas, Édouard Manet, Pierre-Auguste Renoir, nomes hoje reconhecidos mundialmente, mas que, na época em que estavam propondo suas inovações, viram-se rejeitados. “As obras desses artistas hoje custam milhões de reais, mas, quando surgiram, foram alvo de total escárnio. A pesquisa, então, tenta recuperar essa primeira recepção experimentada pelos impressionistas”, conta Soranzo.

Fotos: Antonio Scarpinetti



Thaís Soranzo, autora da tese: escritores se valeram da imprensa para contestar a arte tradicional

Os naturalistas preocupavam-se com direcionar a arte de modo a retratar a realidade cotidiana. O escritor Émile Zola, considerado um dos fundadores desse movimento, contou com uma grande repercussão no Brasil. “Zola, o grande precursor do naturalismo na literatura, defendia o projeto de fazer com que a arte se voltasse para uma realidade mais ordinária. Com isso, passamos a testemunhar simultaneamente na literatura e na pintura o interesse por figuras até então consideradas indignas de serem retratadas na arte, como lavadeiras, garçonetes, prostitutas, modistas.”

O impressionismo e o naturalismo, explica a autora da tese, por vezes se confundiam, já que os artistas alimentavam uma preocupação constante de retratar o cotidiano da metrópole e o ritmo urbano da virada do século XIX para o século XX. Ambos os movimentos visavam ainda à busca pela autonomia da arte, ideal que, segundo Soranzo, expressa-se nos romances dos autores analisados na tese: Gonzaga Duque, brasileiro, Zola, francês, e George Moore, britânico.

## Prestígio e dinheiro

A identificação com uma vida boêmia, para essa vanguarda, tem relação com o afastamento das rígidas instituições oficiais de arte. A circulação por cafés e ateliês e a criação de circuitos de arte independentes, no entanto, se chocavam com a necessidade de conseguir dinheiro e reconhecimento.

“A noção de boemia é um tanto problemática porque esses escritores e artistas, de modo geral, estavam tentando romper com o sistema e criar outro movimento artístico, mas existiam empecilhos que dificultavam essa liberdade. Por isso, a boemia se apresenta como esse espaço de tensão em que prevalece o esforço de se enquadrar no mercado e em determinados círculos sociais”, explica a pesquisadora.

“Eles queriam instituir um território que é autônomo, com um modo de vida que é essa boemia, que é diferente do modo de vida do burguês, mas precisavam se inserir no mercado, precisavam que alguém comprasse seus quadros”, sintetiza o orientador da tese, professor Jefferson Cano.

Uma das estratégias criadas e que exemplificam essa ambiguidade era a forma como pintavam uns aos outros. Manet, por exemplo, fez um retrato de Zola. “Ele [Zola] é retratado de maneira sóbria, como um intelectual austero. Manet, ciente de que o seu nome estava associado a Zola, faz um retrato que indicava algo do tipo: ‘Vejam como meu porta-voz na imprensa, meu amigo literato, é um artista sério, respeitado.’



Retrato de Émile Zola feito em 1868 por Édouard Manet: sobriedade para dissociar o escritor da imagem de boêmio

Então a gente percebe que eles tentam também criar uma imagem que se dissocie um pouco do imaginário boêmio.”

Essas representações, diz a autora da tese, mostram os artistas preocupados com o esforço de se apresentarem como renomados, a despeito do desprezo vindas das instituições oficiais de arte.

## A imprensa

A imprensa também representava um espaço ao qual os artistas e escritores recorriam com esse fim, já que funcionava, à época, como o principal veículo de circulação de ideias. Além disso, essa imprensa oferecia um meio de sobrevivência a muitos escritores. “Os três autores estudados na tese foram jornalistas que atuaram como críticos de arte e que precisavam da imprensa como fonte de renda. Mas eles também se valeram da imprensa para divulgar um novo objeto artístico, uma nova forma de representação estética, usando esse espaço para contestar o lugar tradicional da arte. Ao divulgarem o impressionismo e o naturalismo, eles não só garantiram seu sustento como promoviam seu próprio nome”, explica Soranzo.

Essas vozes, ao divulgarem a arte moderna, contrapunham-se a textos que retratavam o impressionismo e o naturalismo sob o viés do escândalo, como exemplificam trechos presentes na tese:

“Não quero obras escolares, feitas segundo modelos fornecidos pelos mestres. [...] Não quero retornos ao passado, pretensas ressurreições, quadros pintados segundo um ideal formado de cacos de ideal apanhados em todas as épocas. Eu não quero nada que não seja absolutamente vida, temperamento, realidade!” (Émile Zola);

“Sei que os acadêmicos e os comerciantes são a favor de prostituir a arte. O fato de que alguns rapazes exerçam a pintura pelo mero amor ao ofício causa repulsa a todo judicioso filisteu.” (George Moore);

“As proteções da nossa Academia aos artistas que só têm uma qualidade – a de possuírem padrinhos endinheirados – têm estragado a mais de um artista de talento, atirando-os ao obscurantismo desanimador, fazendo deles retratistas medíocres pelo centro apertado em que vivem.” (Gonzaga Duque).

Os três escritores, ainda, refletem em seus próprios romances sobre o ideal da arte. Elucidando o trânsito de ideias ocorrido entre os três países, Soranzo mostra como Zola, Moore e Duque inovam esteticamente ao fazerem da “tensão entre a obra e a vivência artística um problema literário”.

Segundo Cano, “[a tese] consegue mostrar como vão se efetuando as relações entre os artistas e as apropriações que vão acontecendo fora do limite parisiense, além de como vai se reelaborando esse ideal de autonomia”.



O orientador da pesquisa, professor Jefferson Cano: reelaboração do ideal de autonomia